

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 21ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC .br**, já qualificado, através de seus
advogados e bastantes procuradores que a presente subscrevem, nos autos da
**AÇÃO CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO
DE TUTELA ANTECIPADA c.c. INDENIZATÓRIA POR DANOS
MORAIS** em face de **RONALDO CARDONETTI, JAN STRUIVING e
JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de
Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Conforme informado na exordial, foi instaurado
Inquérito Policial que recebeu o nº 147/2005, em decorrência do termo de
depoimento prestado pelo réu Ronaldo Cardonetti ao MJ-Departamento de Polícia
Federal, onde constam as difamações descritas abaixo contra o NIC.br e seus
membros, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e a FAPESP:

*"Compromissado na forma da Lei. Aos costumes disse nada. Inquirido
pela Autoridade, o depoente RESPONDE: Que o depoente é Comissário de
Bordo da empresa American Air Lines, exercendo também outro trabalho
na área de Internet, mais precisamente, prestando serviços no registro de
domínios e assessoria em hospedagem de domínio e implementação de
redes de informática; Que através de seu amigo JEAN STRUIVING, cujo
endereço sito na travessa Alcídio Rocco, nº 5, Bairro Afonso Pena, São
José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 08305-160, cujo telefone seria
041-3283-5064 e 041-9903-1089, tomou conhecimento de uma fraude
milionária ocorrida da FAPESP-FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO e CGI-COMITÊ GESTOR*

DA INTERNET; Que esclarece que a FAPESP possui uma verba para o fomento da INTERNET realizada através de doações efetuadas por taxas feitas por pessoas físicas ou jurídicas que compõem o seu caixa; Que tal verba iniciou-se no governo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO no valor aproximado de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e que sabe ter havido desvio desses milhões através de seu amigo JEAN STRUIVING; Que procurou a Polícia Federal tendo em vista que no seu entedimento na Internet do Brasil possui âmbito nacional, portanto, ser de interesse da União o combate da fraude por ele descoberta; Que no início do governo LULA a pessoa de JOSÉ DIRCEU, que seria posteriormente Ministro da Casa Civil, indicou para o cargo de Responsável Tecnológico pelo CGI a pessoa de DEMI GETSCHKO, que teria a responsabilidade pelo gerenciamento dos milhões supra citados pelo depoente; Que a pessoa de DEMI GETSCHKO manipula até a presente data os registros de domínio, assim como suas transferências; Que tais fraudes possibilitariam o encarecimento para uso dos registrantes; Que esclarece que a conta-corrente pertencente à FAPESP pertencia ao Banco BANESPA e que o gestor DEMI a encerrou abrindo nova conta na mesma instituição, porém, em nome de NIC.BR, braço do CGI; Que nessa transferência de numerário ocorreu a fraude dos milhões supra citados, segundo o depoente deixaram de entrar na nova conta o equivalente a R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais), o equivalente a 4 (quatro) anos de arrecadação recebida pela FAPESP; Que acredita o depoente que tais milhões tenham sido apropriados indevidamente pelas pessoas responsáveis pelo CGI; Que segundo o depoente o ex-ministro JOSÉ DIRCEU em conluio com outros políticos ligados ao PT e seus aliados, teriam indicado o Sr. Demi Getschko, a fim de que o mesmo desviasse os milhões de reais pertencentes a FAPESP para ser abastecido um 'caixa político'; Que tais informações lhe foram fornecidas por seu amigo JEAN STRUIVING através de denúncias anônimas provenientes da FAPESP; Que o depoente esclarece, inclusive, que a pessoa de DEMI além de dirigir o CGI- Comitê Gestor da Internet trabalhou para o provedor INTERNET GENERATION-IG, trabalha para o OESP-ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, grupo este ao qual pertence o jornal o ESTADO DE SÃO PAULO, atuando como assessor tecnológico no Grupo supra citado, possuindo, inclusive, uma associação por acreditar haver interesse por parte de DEMI no repasse de informações 'privilegiadas' de interesse comercial para a aquisição de domínios registrados na FAPESP; Que possui documentação em mídia não há tendo em seu poder neste momento, porém, se compromete quando solicitado em fornecê-la; Que esclarece os documentos que encontram-se em mídia conteriam nomes, valores que demonstrariam a fraude praticada no órgão chamado FAPESP. No mais disse,..."

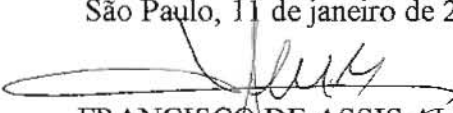
Em fase instrutória, foi expedida Carta Precatória neste Inquérito para a Comarca de São José dos Pinhais, visando proceder ao depoimento do réu Jan Struiving. Veja o que diz parte do depoimento do réu:

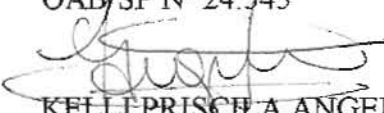
"Que o depoente confirma todas as declarações de Ronaldo

Cardonetti. Que o depoente trabalha a mais de dez anos com Internet e constatou cobranças ilegais feitas pelo Comitê Gestor Internet do Brasil em participação com a Fapesp, Fundação de Ampara à Pesquisa de São Paulo, e também a ONG Nic.br. O grupo vem cobrando a mais de dez anos uma 'retribuição da manutenção', que todo o brasileiro tem que pagar caso queira possuir um domínio na internet com final .Br. Esta retribuição começou sendo R\$100,00 (cem reais) depois passou para R\$80,00 (oitenta reais) e depois para R\$ 30,00 (trinta reais). Atualmente, este valor é cobrado anualmente de cerca de 1 milhão de domínios registrados no Brasil. Que a contabilização na Fapesp, por ser uma fundação, é contabilizada como sendo doação de anônimos. Que o depoente fez um cálculo baseado nos anos em que estão cobrando esta taxa, quantidade de domínios, diferença de valores e até inadimplências, o valor total chegou a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), entretanto o comitê gestor da Fapesp alega ter somente 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais).... "

Diante desse documento novo, que comprova a autoria das difamatórias afirmações narradas na exordial, lançadas contra o NIC.Br, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e a FAPESP, o NIC.br requer, com base no artigo 397 do Código de Processo Civil, a juntada de cópia da Assentada da 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais, onde consta o depoimento do réu Jan Struiving nos autos do Inquérito Policial nº 147/2005.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 11 de janeiro de 2007.


FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817



1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.
Rua Norberto de Brito, nº 1445, Centro, CEP 83.005-290.
Fone: 3283-5868


ASSENTADA

Aos 23 de outubro de 2006, às 14:15 hs, nesta cidade de São José dos Pinhais - PR, na 1ª. Delegacia Regional de Polícia, em Cartório, tendo como Delegado de Polícia **Dr. Noel Francisco da Silva**, e como Escrivão *ad hoc* Tiago Augusto Wolker que ao final infra-assinado, compareceu a pessoa a seguir qualificada:

Depoente:	Jan Struiving		
RG:	RNE: W024569-Q	Natural:	Indonésia
Nascimento:	06/05/1955	Idade:	51 anos.
Filiação:	Suzanna Adelina Loen Struiving e Jacob Struiving		
Estado Civil:	Casado	Profissão:	Técnico em Informática
End. Res.:	Tr. Alcídio Rocco nº 05 - Afonso pena		
End. Com.:			
Fone Res.:	3283-5064	Fone Com.:	9903-1089

O qual, perguntado, disse SIM. Aos costumes disse nada. Compromissado na forma da Lei e advertido(a) sobre as penas cominadas ao falso testemunho, prometeu dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado: **QUE o depoente confirma todas as declarações de Ronaldo Cordonetti. Que o depoente trabalha a mais de dez anos com internet e constatou cobranças ilegais feitas pelo Comitê Gestor Internet do Brasil em participação com a Fapesp, Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, e também a ONG Nic.BR. O grupo vem cobrando a mais de dez anos uma "retribuição da manutenção", que todo o brasileiro tem que pagar caso queira possuir um domínio na internet com final .Br. Esta retribuição começou sendo R\$100,00, (cem reais) depois passou para R\$80,00 (oitenta reais) e depois para R\$30,00 (trinta reais). Atualmente este valor é cobrado anualmente de cerca de 1 milhão de domínios registrados no Brasil. Que a contabilização na Fapesp, por ser uma fundação, é contabilizada como sendo uma doação de anônimos. Que o depoente fez um calculo baseado nos anos em que estão cobrando esta taxa, quantidade de domínios, diferença de valores e ate inadimplências, o valor total chegou a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), entretanto o comitê gestor da Fapesp alega ter somente 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). No ano de dois mil e três, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo retirou a atividade de registro de domínios de dentro da Fapesp por ser incompatível com a atividade do órgão, entretanto os depósitos continuaram a serem feitos na conta da Fapesp por mais de três anos, totalizando cerca de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Alguns documentos do próprio comitê gestor revelam também, no ano de dois mil e três, gastos de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) sem nenhuma apresentação de origem, motivo ou finalidade. Que o depoente foi ate a delegacia da Receita Federal para verificar a situação e lhe foi informado que, por ser uma doação, não havia como a Receita fazer nada. O Tribunal de Contas do Estado também faz vistas grossas por conta dos valores serem caracterizados como doação. Que no ano de dois mil e três, a pessoa de Demi Getschko, criou a ONG Nic.BR, com o objetivo de perpetuar o controle da internet, sugeriu ao governo um novo modelo da internet para o Brasil, na qual incluiu um cargo chamado "notório saber em internet", cargo este dentro do Ministério da Casa Civil, na época ocupado por José Dirceu, Demi foi o escolhido para ocupar o cargo e declarou gastos de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) sem esclarecer estes. Que esta declaração consta disponível na internet em um site <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/eno1006203.pdf>. Também não foi fornecido nota fiscal durante doze anos em que cobraram a taxa, no inicio constava os valores sendo como doação, depois passaram a chamar de serviço de caráter**

1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.
Rua Norberto de Brito, nº 1445, Centro, CEP 83.005-290.
Fone: 3283-5868

publico. Que o Comitê Gestor de Internet do Brasil declarou varias vezes que pagava R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por mês para Fapesp pelo serviço de registro de domínios e o mesmo recebia por ordem do Comitê Gestor Internet Brasil entre dois a três milhões por mês de milhares de internautas. O depoente desconfia de que a ONG Nic.BR entre o ano de dois mil e três e dois mil e cinco, foi usada para lavagem de dinheiro através de prestações de serviços quaisquer para a Fapesp, obtendo desta forma retirada do dinheiro sem dar satisfações a ninguém. No dia cinco de dezembro do ano de dois mil e cinco o Comitê Gestor Internet do Brasil agradeceu a Fapesp pelos serviços prestados e transferiu toda a parte de serviços de registro para a ONG de Demi Getschko, Nic.BR. Não houve licitação e os integrantes da ONG são, conforme o estatuto, os mesmos que o Comitê Gestor Internet Brasil, além dos fundadores da própria ONG, perpetuando o controle. Em fevereiro deste ano corrente foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) a resolução 01/05 transferindo da Fapesp para Nic.BR de propriedade do Comitê Gestor Internet Brasil. Na resolução foi incluso que toda a receita da internet do Brasil destina-se aos gastos da ONG. A resolução 02/05 que define as regras, nos leilões irregulares de domínios e cobranças nunca foi publicado no Diário Oficial e somente em jornais comuns e ainda cancela a resolução 01/98, este sim publicado no Diário, estas resoluções estão disponíveis no site www.cgi.br e www.nic.br. Devido ao alto volume de reclamações de centenas de internautas o depoente organizou uma Associação a fim de ter mais voz nas suas denúncias, mantendo o link www.abusando.org/denuncias. Que no link www.abusando.org/denuncias/ata-nic.html e www.abusando.org/denuncias/comitegestor.html contem RG, CPF e endereço dos principais envolvidos e que as contas bancárias de ambas as empresas são, Fapesp Banespa Santander agencia 105 c/c 72400-2 e da ONG Nic.BR Banco Banespa Santander agencia 105 c/c 3917001-5. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai legalmente assinado. Eu,  Tiago Augusto Wolkner, Escrivão ad hoc que o digitei.

Delegado: _____

Dr. Noel Francisco da Silva

Depoente: _____

Jan Struiving

Escrivão ad hoc: 

Tiago Augusto Wolker